

Balanço de gestão e organização sindical

Uma gestão de muitos desafios, lutas e vitórias para a categoria

1. A atual gestão do Sintrajud iniciou seus trabalhos em um dos momentos mais difíceis da história recente da humanidade, em plena pandemia de Covid-19, eleita por um inédito processo eleitoral, totalmente virtual em nossa categoria e com o desafio de representar e organizar as lutas das servidoras e servidores do Judiciário Federal no estado de São Paulo em um momento de confinamento social e trabalho remoto, situação nunca vivenciada ao longo de toda a história de nosso sindicato.

2. Chegamos ao 9º Congresso de nosso sindicato após um período de grandes desafios, muitas lutas e vitórias em processos de construção coletiva com nossa base e outras categorias do serviço público. Enfrentamos um governo antissindical, privatizador, inimigo dos serviços públicos e da democracia que a todo tempo buscava polarizar o Brasil, e, a despeito desse cenário desfavorável, em unidade com outras entidades, derrotamos a tentativa de reforma administrativa que expressava uma clara intenção de fim dos serviços públicos, quebramos o congelamento salarial e travamos cotidianamente lutas por condições adequadas de trabalho e direitos da categoria. Sempre buscando aprender com os processos para seguir no aprimoramento do nosso sindicato.

Em defesa da vida e contra o genocídio

3. A luta em defesa da vida foi uma das principais e primeiras marcas dessa gestão. O Brasil chegou a registrar milhares de mortes diárias em decorrência da Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, período no qual construímos greves sanitárias e trabalhamos em defesa de condições de trabalho adequadas com o trabalho remoto, lutando contra um governo negacionista e genocida do então presidente Jair Bolsonaro, que atuava intensamente contra políticas necessárias, como o distanciamento social, e pedia a retomada das atividades presenciais, pois para ele a pandemia que matou milhões no mundo se tratava apenas de uma “gripezinha”, conforme disse em rede nacional logo no início desta catástrofe sanitária.

4. Em consonância com aquilo que era necessário, mas cientes da necessidade da máxima aproximação da entidade sindical à sua base, foram realizadas diversas lives sobre os mais variados temas durante o período de distanciamento social. Deste modo, o Sintrajud se tornou uma referência no setor público de uma entidade que seguiu atuante, criando e aprofundando canais virtuais de contato com a base e mantendo o funcionamento do sindicato remotamente durante todo o período de isolamento, adotando em tempo recorde as ferramentas que se mostravam necessárias para viabilizar esse processo.

Campanha Fora Bolsonaro e a luta pela vacina

5. Somando-se aos movimentos sociais, estudantis e sindicais que reconheceram o governo de Jair Bolsonaro como “mais perigoso que o vírus”, o Sintrajud se colocou na vanguarda da retomada das mobilizações de rua que denunciavam o genocídio, tanto em atos simbólicos, alguns adotando um inovador formato híbrido que permitia que pessoas de grupos de maior risco em relação ao novo Coronavírus acompanhassem as mobilizações remotamente, de forma segura, quanto por carreatas. Respeitando todos os protocolos de segurança necessários para esse enfrentamento, como observação de distanciamento, uso de máscaras e álcool gel, nossa entidade compreendeu a importância da luta por condições adequadas de enfrentamento à pandemia, incluindo a aquisição e distribuição das vacinas necessárias para salvar vidas.

A luta contra a PEC 32

6. O governo Bolsonaro, além de genocida e negacionista, sempre foi inimigo dos servidores e do serviço público e da classe trabalhadora na totalidade. Além de sua reforma da previdência aprovada em 2019, desmontando ainda mais o sistema de previdência social brasileiro, quis aproveitar o período da pandemia para desmontar o serviço público e retirar direitos das servidoras e servidores, com a tentativa de aprovar um projeto de contrarreforma administrativa (PEC 32/2020).

7. O Sintrajud teve papel crucial na organização do movimento contra a PEC 32. A luta contra a Reforma Administrativa de Bolsonaro teve o desafio de retomar as mobilizações de rua, inclusive em Brasília, após amplo período de distanciamento social. A aglutinação de diversas entidades sindicais e a construção de mobilizações ininterruptas durante meses na capital federal e em aeroportos de vários estados, pressionando a Câmara dos Deputados, foi decisiva na derrota da PEC 32.

8. Fomos um dos sindicatos com maior presença permanente em Brasília, com organização de diversas caravanas, levando servidoras e servidores da base de São Paulo para as atividades ao longo de quatorze semanas consecutivas em 2021, contribuindo na organização, mobilização e articulação das ações do movimento unificado contra a PEC 32 no Distrito Federal.

9. O Sintrajud também atuou de forma intensa no estado de São Paulo, pressionando parlamentares em suas bases eleitorais com a construção de atos em frentes aos escritórios políticos dos deputados, ação de grande impacto e que se somava à pressão permanente em Brasília, nos tornamos uma referência e aglutinamos diversas categorias em nossas mobilizações contra a PEC32 em São Paulo.

10. A luta contra a PEC 32 demonstrou mais uma vez que a mobilização das bases é decisiva, afinal sem força real, aferida pela capacidade de mobilização e pressão dos sindicatos sobre o parlamento, executivo e judiciário, os movimentos tendem a fracassar e frustrar as expectativas. Infelizmente há

setores burocráticos e imobilistas que ainda insistem em defender uma visão equivocada e desastrosa para a categoria de que a lógica de articulação vazia e personalizada de conchavos parlamentares, sem a construção de um amplo e forte movimento de pressão, bastaria para obter resultados positivos.

11. Mais uma vez a história provou não ser possível uma articulação parlamentar efetiva sem um movimento real de mobilização e pressão que combine a interlocução parlamentar com construção de força política efetiva. Sempre defendemos atuar em todas as frentes, mas nunca com a ilusão de que sem força real, com base mobilizada e pressão coletiva nos poderes, se pode obter resultados. Esta foi a forma como, ao fim, derrotamos a PEC 32.

Combate ao assédio moral, sexual e contra perseguições à dirigentes sindicais

12. Ao longo dessa gestão, seguindo o exemplo histórico do Sintrajud, nossa entidade atuou de forma intensa no combate a todas as formas de assédio, acolhendo e assistindo diversos servidores e servidoras e lutando para combater as práticas de assédio que a cada dia avançam para uma lógica de assédio institucional no serviço público.

13. Após as centenas de denúncias contra o Juiz do TRT2 Marcos Scalercio, reveladas pela ONG “Me Too Brasil” em 2021, iniciamos um amplo processo de mobilização pelo imediato afastamento do juiz. Foram realizados vários atos pelo Sintrajud e seguimos na luta para que não haja impunidade.

14. No cenário crescente de assédio moral que observamos durante a pandemia e na fase de retomada de atividades presenciais, também observamos o crescimento da perseguição contra dirigentes sindicais e o aumento de práticas antissindicais por parte das administrações. Destacamos à perseguição sofrida pela diretora do Sintrajud e servidora do TRE Raquel Morel Gonzaga e a absurda demissão, injusta, de Beatriz Massariol, servidora da Justiça Federal.

15. Nos dois casos a luta organizada pelo Sintrajud foi vitoriosa, em relação à perseguição sofrida pela diretora do Sintrajud Raquel Morel Gonzaga houve o arquivamento do processo de sindicância e no caso de Beatriz Massariol a reintegração da servidora, após amplo processo de mobilização na categoria e na sociedade como um todo, em constante articulação com entidades sindicais e movimentos sociais de todo o país.

Luta salarial

16. Um dos pontos mais importantes dessa gestão foi o protagonismo assumido por nossa entidade na luta pelo fim à política de congelamento salarial imposta à nossa categoria, aprofundada pela política da “granada no bolso” de Bolsonaro e Guedes (o congelamento salarial imposto pela Lei

Complementar nº 173/2020, conforme descrito por Paulo Guedes em reunião interministerial tornada pública pelo STF). O Sintrajud esteve atuante em todos os processos de mobilização ao longo de 2022, reivindicando a reposição emergencial de 19,99% correspondente à inflação dos anos de 2019, 2020 e 2021, sem abrir mão de discutir as perdas anteriores a esse período.

17. Após longo processo de mobilização, envolvendo atos e paralisações, inclusive em frente ao STF conjuntamente com outros sindicatos filiados à Fenajufe, o STF encaminhou proposta que, embora não atendesse a reivindicação atualizada do sindicato e da própria federação, acenava com o fim do congelamento salarial a partir de 2023. A proposta foi subsequentemente rebaixada pelo Congresso Nacional que, sob o comando do presidente da Câmara Artur Lira e oportunizando a véspera do recesso de fim de ano, votou às pressas uma proposta que não contou com o aval da categoria, mas que, entretanto, recebeu sinalização positiva do próprio Supremo, que acabou por desonrar a própria proposta que aprovou e remeteu ao Congresso Nacional.

18. Não obstante a insuficiência da proposta aprovada e subsequentemente sancionada frente às perdas acumuladas, o congelamento salarial de quatro anos foi rompido, assegurando o início de uma recomposição em fevereiro de 2023. Ainda há desafios a serem transpostos, como a absorção de VPNI (quintos incorporados) no período de 1998 a 2001 sem ação judicial transitada em julgado, que vem sendo aplicada pelos tribunais a partir de entendimento proferido nos embargos dos embargos do RE 638.115 no STF. Também não foi aplicada a recomposição parcial a parcelas incontroversas dos quintos, evidenciando que, embora tenhamos tido avanços, ainda há lutas a serem travadas, sendo a principal delas a efetiva recomposição do poder de compra de toda a categoria.

Pelo respeito à categoria no retorno ao trabalho presencial

19. Em vários momentos, a gestão do Sintrajud esteve à frente de importantes processos de mobilização que enfrentaram o desrespeito à categoria no momento da retomada dos trabalhos presenciais, com o avanço da vacinação e a queda nos casos de Covid-19. Fechando os olhos aos esforços e sacrifícios que a categoria realizou para viabilizar a continuidade da prestação jurisdicional, e à nova realidade que se estabeleceu para muitos servidores e servidoras, o CNJ e as administrações dos Tribunais, simultânea ou alternadamente, determinaram processos abruptos e desrespeitosos de retorno, que, da forma como foram impostos, despertaram indignação da categoria. Com a atuação do Sintrajud, a reação dos servidores e servidoras pôde ser convertida em processos de mobilização que enfrentaram o autoritarismo e a insensibilidade das administrações, dilatando prazos de retorno e estabelecendo um mínimo de respeito a diversas situações inicialmente negligenciadas nos processos de retorno presencial propostos pelos Tribunais.

Sindicato mais próximo à categoria

20. Com a retomada parcial das atividades presenciais, a gestão do sindicato restabeleceu a política de presença na base, com a retomada do “Sintrajud Pé na Estrada”. Com visitas aos locais de trabalho no interior e no litoral, o sindicato pode acompanhar as demandas da categoria de forma mais próxima, além de envolver os servidores e servidoras nos processos de luta em andamento e de compartilhar os avanços que foram possíveis por meio da nossa atuação sindical e política.

Mais estrutura para a organização sindical

21. Além do pioneirismo no domínio das ferramentas tecnológicas que permitiram a continuidade das atividades sindicais no período de distanciamento sindical, notadamente a ferramenta de videoconferência Zoom, a gestão do Sintrajud promoveu, durante o período em que a categoria trabalhou de forma predominantemente remota, melhorias em suas instalações, adequando o auditório para videoconferências e a consequente realização de atividades híbridas, com a instalação de câmeras de alta qualidade interligadas ao sistema de som, que permitem que o sindicato realize atividades em que participantes remotos possam interagir com aqueles localizados presencialmente com a máxima qualidade possível.

22. Além disso, foram realizados estudos que culminaram na aquisição de um imóvel próprio na cidade de Santos, aprovada pela assembleia da categoria, e que proporcionam uma melhor estrutura física para o funcionamento da Subsede da Baixada Santista, que em novembro de 2022 completou 26 anos de funcionamento.

Lutas em defesa dos direitos e condições adequadas de trabalho

23. A direção do sindicato, diretoras e diretores de base e diversos ativistas que constroem o Sintrajud em todas as regiões de São Paulo e em todos os ramos do Judiciário Federal, travaram muitas batalhas cotidianamente na defesa dos direitos dos servidores e por condições dignas de trabalho.

24. A luta dos servidores e servidoras do TRF-3 contra a compensação indevida das horas não trabalhadas na pandemia, nos casos de impossibilidade do trabalho remoto, segue agora na esfera judicial, além das movimentações políticas do sindicato. Após esgotarmos os caminhos administrativos para pôr fim a este absurdo, ajuizamos na 22ª Vara da Justiça Federal no DF uma ação coletiva para afastar a compensação indevida e seguimos buscando a solidariedade da categoria com os servidores afetados.

25. Uma das bandeiras que ganhou força no período recente e na qual o Sintrajud tem se tornado uma referência é a reposição dos cargos vagos. Em todos os ramos do Judiciário Federal há uma sobrecarga de trabalho causada pelas restrições a nomeações trazidas pelas legislações desde o

advento da Emenda Constitucional 95, do teto dos gastos, pela ausência de novos concursos públicos e pela demora no provimento dos cargos vagos, para pessoas já aprovadas e que não são nomeadas.

26. Lutamos e resistimos contra a extinção de mais de 40 postos eleitorais, o que iria precarizar o atendimento ao público e o trabalho dos servidores da Justiça Eleitoral, o que levaria inclusive a remoção compulsória. Pressionamos a presidência do tribunal, com mobilização de base em campanha intensa que foi decisiva, levando ao recuo da administração no intento de fechar os postos eleitorais. Ainda na Justiça Eleitoral, enfrentamos a falta de planejamento na questão do retorno dos servidores e servidoras requisitados e requisitadas, tendo reconhecida a necessidade de manter esses trabalhadores e trabalhadoras nos cartórios eleitorais até que possam ser gradualmente substituídos por servidores e servidoras efetivos e efetivas, do próprio quadro, a partir da criação e provimento de vagas por meio de concurso público.

27. A lógica de “fazer mais com menos”, parte do receituário neoliberal para a administração pública, afeta todos os ramos do Judiciário Federal. Na Justiça Federal travamos luta contra fechamento de varas no interior, sendo esta a suposta solução das administrações para a carência de estrutura, em um processo que é sempre um processo impositivo, sem diálogo com as pessoas afetadas, trazendo insegurança e inclusive adoecimento dos servidores. Atuamos sempre contra a remoção compulsória e defendemos sempre que estes processos impactassem o menos possível a vida dos servidores.

28. No campo de batalha orçamentário, para além da questão salarial, temos ainda a questão dos benefícios, dentre os quais, auxílio-alimentação, auxílio-saúde e assistência pré-escolar. Após períodos de congelamento, esses benefícios tiveram seus valores reajustados em todos os ramos do Judiciário Federal devido à mobilização dos servidores e servidoras, organizada pelo Sintrajud e demais sindicatos filiados à Fenajufe.

29. No TRF-3 e na Justiça Federal, a atuação sindical conseguiu ainda evitar a devolução de valores não utilizados da rubrica de assistência a saúde, fazendo com que se tornasse possível o custeio integral do plano de saúde do interior neste ramo, além de substancial redução nos valores do plano da capital. Somado ao fato de termos derrotado a lógica da coparticipação, ganhando o debate público acerca do tema, foi possível garantir que não houvesse custo adicional relativo ao plano de saúde no ramo Federal para os servidores e servidoras.

É preciso avançar, sempre

30 Embora tenha sido uma gestão marcada por muitos desafios, lutas e vitórias, ainda precisamos avançar mais. É preciso acompanhar os processos de mudanças pelos quais passam nosso trabalho e

o mundo para que possamos posicionar nossa entidade para avançar ainda mais nas lutas por direitos, por melhores condições de trabalho e por mais qualidade de vida para os servidores e servidoras, sempre com uma compreensão de que nossa independência de classe, frente a qualquer governo e administração é o caminho para nossa organização, nossas lutas e vitórias.

Assina:

Diretoria Executiva do Sintrajud

- Ana Silvia Poço (JF/Ceuni)
- Angelica Olivieri (JF/Aposentada)
- Anna Karenina (JF/Pres. Prudente)
- Antonio Melquíades ‘Melqui (Adm. JF PW)
- Beatriz Massariol (JF/Ceuni)
- Claudia Sperb (TRE/Aposentada)
- Claudia Vilapiano (JF-Campinas)
- Cleber Aguiar (TRF)
- Ester Nogueira (JF/Aposentada)
- Fabiano dos Santos (TRT-Adm.)
- Henrique Sales (TRT/Barra Funda)
- Ismael Souza (TRT/Barra Funda)
- João Carlos (JF/Marília)
- Luciana Carneiro (TRF)
- Luiz Paiva (JF/Caraguatatuba)
- Marcos Trombeta (JF/Ceuni)
- Maria Ires Lacerda (JEF/SP)
- Raquel Morel (TRE)
- Salomão Ferreira (TRT/São Vicente)
- Tarcisio Ferreira (TRT/Barra Funda)